

Cartilha informativa sobre Lighting Design

Paulo Roberto Gonçalves de Oliveira - ld.paulooliveira@gmail.com

Curso: Iluminação e Design de Interiores – IPOG.

Londrina – Paraná. 17/09/2012.

Resumo

Um nicho de mercado novo e ainda não regulamentado e que obviamente desperta a cobiça de profissionais de diversas áreas que passam a utilizar o nome deste serviço em seus projetos sem ter a devida especialização na área. Portanto, é urgente a necessidade de esclarecer corretamente o mercado sobre o que é o Lighting Design e quem são – e quem pode realmente usar esta denominação - os Lighting Designers. Acredito que somente através da informação correta esta mudança é possível e conseguiremos um mercado livre de “aventureiros” tornando a profissão realmente reconhecida, respeitada e, principalmente, regulamentada. Baseado nas análises feitas através de meu blog e leituras de matérias e artigos diversos constatei alguns problemas que norteiam este trabalho. E é baseado nessa premissa que proponho a elaboração desta cartilha informativa (em anexo) sobre a área, esclarecendo de forma simples e didática, pontos fundamentais sobre a área, o mercado e os profissionais.

Palavras-chave: Iluminação; Lighting Design; Cartilha; Mercado; Informação.

1. Introdução

São várias as dificuldades encontradas pelos profissionais de Lighting Design no dia a dia profissional. Algumas geradas por melindres de outros profissionais, outras por empresas, outras por associações que dizem representa-los e a maioria destes, pelo desconhecimento dos clientes sobre a existência e até mesmo da importância do projeto de iluminação ser realizado por profissionais realmente especializados.

Analisando as diversas matérias e artigos que vem sendo publicados falando sobre a área bem como os discursos de associações e alguns dos profissionais constata-se várias divergências e abusos numa tentativa de reserva de mercado (ato ilegal e criminoso) apenas para os arquitetos desconsiderando o conhecimento e experiência de muitos outros profissionais de outras áreas.

Como tudo isso reflete no dia a dia profissional? Quais caminhos o profissional deve trilhar para superar estes problemas? Como podemos mudar esse quadro tornando a profissão mais visível e crível. Quais ações são necessárias e urgentes para que a profissão e os profissionais ganhem respeito e sejam valorizadas? Estas são as questões base que direcionam este trabalho.

2. Um pouco de história

É sabido que arquitetura e engenharia formavam um único curso. Dadas as diferenças técnicas e estéticas entre as duas áreas, e porque não dizer também dos egos envolvidos e feridos no período, houve a ruptura originando então em dois cursos distintos e que, diga-se de passagem, não se entendem e brigam até hoje.

Quando houve esta ruptura nasceu a ideia de projetos complementares em arquitetura. Tudo que não for o desenho do arquiteto é tido como complementar, incluindo o estrutural necessário para deixar a obra de arte arquitetônica em pé.

Pois bem. Indiferente à toda essa problemática do “quem manda mais”, já há bastante tempo estes projetos complementares vem ganhando força e deixando claro que a formação acadêmica está muito aquém do necessário. Temos mesmo nas melhores Instituições de Ensino Superior (doravante simplesmente IES) cursos genéricos, com conteúdos genéricos por causa de suas matrizes curriculares também genéricas que forçam uma carga horária bastante apertada. Tão apertada e mesmo assim vemos algumas profissões com a pretensão de agarrar o mundo sob seu único e exclusivo poder deixando de reconhecer que, especialmente nos dias atuais, isso é impossível.

Como bem diz Paulo Scarazzato numa entrevista à revista Lume Arquitetura (Ed nº38),

A iluminação deve ser entendida como um dos parâmetros do projeto arquitetônico e não como algo complementar ou, pior, um simples adereço. Assim, o ideal é que as questões relacionadas ao fenômeno luz sejam tratadas desde as etapas iniciais do projeto e que desde o começo o consultor de iluminação possa - e deva - estar presente. (SCARAZZATO, 2009).

Não à toa, temos visto tantos cursos de especializações sendo criados baseados na demanda do mercado por especialistas para estes projetos complementares, ou como denomina Scarazzato, parâmetros de um projeto arquitetônico. Demanda esta gerada pela necessidade de profissionais realmente qualificados especificamente dentro de cada complemento que comporão o projeto global, e também pela incapacidade do profissional generalista e não especializado em cumprir as exigências técnicas de todos estes projetos complementares envolvidos num projeto global. Denomino como “projeto global” o projeto final composto por todos os projetos que este exige (projeto arquitetônico + projeto estrutural + projeto hidráulico + projeto elétrico + projetos de design + projeto de paisagismo + projeto de automação e controle + projeto de segurança + etc). É o que o mercado denomina como “projeto arquitetônico”. Portanto não há porque hipervalorizar passivamente este nome em detrimento de todas as outras áreas envolvidas no mesmo. Projeto Global, Projeto Colaborativo ou Projeto Multidisciplinar são exemplos de denominações mais justas e condizentes com a realidade. Eu, particularmente, opto pelo Projeto Global, pois é de mais fácil compreensão.

Assim é com a engenharia que se dividiu em várias especialidades (elétrica, hidráulica, estrutural, etc.) para conseguir atender à sua própria demanda e, mais recentemente, com outras necessidades projetuais, integrantes do projeto global, como conforto acústico, conforto térmico, gestão de obras, design de interiores, ergonomia, entre tantas outras, incluindo-se aqui a

iluminação – e o Lighting Design – que geraram a necessidade e alimentam os cursos de graduação e pós-graduação. Sem esta demanda, estes cursos seriam dispensáveis ou não existiriam.

Finalizei em 2007 uma especialização em Ensino Superior pela Unopar. Em meu TCC fiz uma análise das Matrizes Curriculares dos cursos de Design de Interiores oferecidos no Brasil buscando as possíveis falhas e assim propor uma matriz base para este curso, corrigindo alguns equívocos encontrados. Também analisei a questão da formação do corpo docente destes cursos que, em sua grande maioria, não são designers, o que gera tantos conceitos equivocados sobre a área bem como a formação deficiente na maioria dos cursos. Diante do embate de ideias – e mercadológico – onde alguns arquitetos humilhavam e menosprezavam a formação dos designers, acabei fazendo também uma análise das matrizes curriculares de mais de vinte cursos de arquitetura (os melhores) e não me surpreendi quando constatei que as alegações deles eram infundadas uma vez que suas cargas horárias sobre projetos para interiores baseavam-se a disciplinas com duração de um a dois semestres, no máximo, enquanto os designers estudam detalhadamente os interiores – e tudo que envolve a concepção destes - por dois a quatro anos, dependendo da formação.

Da mesma forma, lembro-me que analisei também a parte de iluminação, pois já estavam despontando na mídia alguns ícones do Lighting Design nacional (doravante LD) impondo o fechamento da área de LD apenas para profissionais formados em arquitetura e engenharia sob alegações das mais espúrias e falaciosas possíveis. Constatei que simplesmente não existe nenhuma disciplina nestes cursos que avance além do básico sobre iluminação. Aquela mesma formação que engenheiros e designers de interiores/ambientes recebem em seus cursos. Resumem-se a disciplinas de um semestre ou pouco mais. A mesma carga horária que os designers de interiores têm sobre o assunto, por exemplo. É o que conhecemos como iluminação comercial e/ou convencional. Iluminação comercial aqui não se refere à iluminação feita para ambientes comerciais e sim àquela que é vendida como serviço agregado por escritórios não especializados e lojas. São projetos baseados no parco nível de conhecimento dos projetistas e, geralmente, o design e status da luminária é mais valorizado que a qualidade da luz. É a iluminação dos projetos que geralmente aparecem em revistas não especializadas.

E o LD não cabe dentro deste básico dada a grandiosidade de sua dimensão técnica, estética e artística.

3. Desinformação

É bastante comum vermos nas diversas mídias voltadas para a construção civil (engenharia, arquitetura, decoração, design de interiores) entrevistas e matérias falando sobre projetos de iluminação. Vários destes entrevistados apresentam-se como especialistas, mas numa rápida busca pela web, descobre-se que na verdade, não são especialistas. Possuem apenas a sua graduação ou especialização em alguma outra área. Mas dão entrevistas como se fossem realmente autoridades ou referências na área de iluminação. Muitas vezes percebe-se claramente que o profissional é capaz de pagar o jabá (\$\$) para aparecer ali nas mídias.

Na maioria das vezes nem é preciso recorrer à web para descobrir que são falsos LDs, que desconhecem e muito sobre projetos de iluminação. Que são profissionais generalistas que apoderam-se de frases de efeito ditas por outros mas que, observando seus projetos, percebe-se o vazio de conhecimento e a inexistência dos conceitos ditos nas entrevistas, nos projetos finalizados.

“*Lighting Design é uma iluminação mais cênica*”. Sim, realmente é. Mas de onde vem esse conceito eles não conseguem – e nem sabem - explicar. Leram em algum site e saíram replicando-a para tentar agregar algum valor aos seus projetos. Tampouco são capazes de aplicá-lo em seus projetos padrão “Casa Cláudia” (projetos comerciais). E cometem erros crassos ao tentar copiar uma ideia que viram em algum lugar, pois desconhecem os equipamentos necessários e as técnicas ideais para conseguir aquele resultado ou efeito. Muitas vezes também cometem erros ao copiar descaradamente projetos de outros profissionais com a ajuda de vendedores e lojistas. Agrava-se também o fato de que a maioria dos que usam esta frase nunca botou seus pés em um palco para saber o que é iluminação cênica, como se faz/cria/pensa/funciona a iluminação cênica, quais os efeitos possíveis, cuidados, pontos de atenção, equipamentos utilizados, não tem conhecimentos sobre a influência da cor-luz sobre o usuário entre tantas outras coisas. Na verdade, muitos confundem cor luz com cor pigmento.

Também vemos constantemente na mídia, matérias sobre luminárias que são verdadeiros shows de horrores. O que se vê geralmente são as luminárias de design assinado, aquelas que estão na moda, que irão dar “uma bossa a mais” ao ambiente, aquelas que qualquer visita enche os olhos e elogia. Porém, estas mesmas luminárias são peças que dificilmente encaixam-se dentro de um bom projeto de LD por serem peças que afetam todo o entorno. A grande maioria não dispõe de dispositivos de controle da luz estragando, portanto, qualquer efeito no entorno.

E é assim que o mercado vem sendo informado sobre o LD: através da desinformação.

Em meu blog já fiz diversas análises de matérias publicadas em sites, revistas e programas televisivos de alcance nacional comentando sobre as falhas, erros e equívocos cometidos sejam pelo repórter ou pelo entrevistado. É uma prática que farei quantas vezes forem necessárias. Ao menos os profissionais e acadêmicos que acompanham meu blog irão, aos poucos, despertando para este problema.

Outro grande problema é que a maioria da bibliografia existente sobre a área é estrangeira. Poucas são as revistas e livros nacionais realmente focados no assunto e que primam pela qualidade editorial e de conteúdo. Dentre as nacionais posso destacar aqui a Revista Lume Arquitetura, a Revista Luz&Cena e a revista L+D. Porém estas são revistas direcionadas para públicos específicos (profissionais que já atuam na área) não atingindo – ou tendo baixa penetração na - a parcela mais importante do mercado: os clientes.

Como vimos até agora, são diversos os fatores que provocam essa desinformação. Algumas situações que fomentam diariamente este problema já foram relatadas anteriormente. Mas, no meu ponto de vista, o principal fator que facilita este “ôba-ôba” é a falta da regulamentação da

profissão de Lighting Designer. Sendo a profissão devidamente regulamentada, com critérios e exigências para o uso do título profissional e exercício profissional, isso tende a diminuir até desaparecer, pois se tornará crime o exercício ilegal da profissão.

4. Regulamentação Profissional

Através de um processo limpo e democrático de regulamentação, alinhando-se ao entendimento internacional sobre a profissão que já vem sendo assumido por diversos países desenvolvidos (EUA, Itália, Japão, Alemanha, Inglaterra entre outros), não é difícil conseguirmos isso. Difícil será vencer os lobbies e ranços acadêmicos contrários que, na verdade, desejam apenas uma reserva ilegal de mercado para alguns poucos profissionais. Mas não impossível!

Para que uma profissão seja regulamentada, basicamente ela deve ser passível de colocar o usuário final em risco. Um projeto mal feito não coloca em risco o usuário de tornar-se vítima de acidentes? Se analisarmos seriamente e sem melindres um projeto de iluminação encontraremos várias situações que podem sim colocar o usuário em risco, podendo ser este de leve à grave. Mas, não somente o usuário final quanto os profissionais envolvidos na execução e implantação dos projetos. Para explicar melhor sobre este processo tomo por base o artigo “A Regulamentação das Profissões de Saúde no Brasil”.

Importante ressaltar aqui alguns pressupostos que o Congresso Nacional, através de suas Comissões e normas internas, impõe como exigência para a aprovação ou não de projetos de regulamentação profissional (após a Constituição de 88):

1º) Os Projetos de Lei relativos às regulamentações de profissões sempre passam por quatro Comissões na Câmara e uma no Senado.

Na Câmara, a Comissão de Seguridade Social e Família examina se a boa prática profissional é essencial para resguardar a saúde da população direta e diariamente ou esporadicamente.

Já a Comissão de Educação, Cultura e Desportos, aprecia o mérito dos aspectos educacionais exigidos na proposta de regulamentação. Se é necessária formação acadêmica, quais níveis, etc.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, é analisado o mérito da necessidade real da regulamentação do exercício profissional.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação é examinado todo o texto do projeto de regulamentação sob a ótica da constitucionalidade.

No Senado os projetos são examinados apenas pela Comissão de Assuntos Sociais, que engloba todas as etapas acima.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público é, sem sombra de dúvida, a mais difícil para um Projeto de Lei (doravante simplesmente PL) de regulamentação profissional uma

vez que adota algumas recomendações para elaboração destes. Para que seja aprovado, o projeto deve atender, primeiramente, aos seguintes requisitos:

- a) A atividade profissional a ser regulamentada – caso seja exercida por pessoa desprovida das qualificações adequadas –ofereça riscos à saúde, ao bem-estar, à segurança ou aos interesses patrimoniais da população;
- b) A real necessidade de conhecimentos técnico-científicos para o desenvolvimento da atividade profissional, os quais tornem indispensável à regulamentação;
- c) A exigência da atividade ser exercida exclusivamente por profissionais de nível superior, formados em curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

2º) Para justificar a obtenção da regulamentação no Congresso Nacional, é de praxe apresentar alguns argumentos no PL, como:

- a) Dados que comprovem que a atividade envolve habilidades complexas, com elevado teor científico e técnico, não acessíveis sem a formação acadêmica/profissional como as oferecidas por universidades e cursos de pós-graduação;
- b) Exemplificar como o seu exercício pode afetar ou interferir na saúde pública, na segurança e no bem-estar do público;
- c) Demonstrar que a qualidade e os resultados do trabalho dos profissionais não são passíveis de julgamento espontâneo do público leigo.

3º) O nível em que as profissões são regulamentadas (exigências educacionais, registro ou autorização para executar serviços, direito de exercício exclusivo), é fruto variáveis ligadas fundamentalmente:

A. Às condições do exercício profissional: autonomia, complexidade técnico-científica, graus de assimetria informacional ou de assimetria de competência entre os membros do grupo profissional e os leigos, dificuldade de julgamento espontâneo do público sobre as atividades, procedimentos e os resultados do trabalho dos profissionais, utilidade pública da regulação;

B. Ao poder e recursos dos grupos de interesse articulados em torno da profissão ou ocupação: tamanho, coesão, concentração de recursos dos grupos de profissionais demandantes da regulação em questão, de grupos profissionais concorrentes trabalhadores, dos grupos de empregadores de profissionais, dos grupos de consumidores, dos grupos de terceiros pagadores, da opinião pública etc.;

C. À forma e modo de funcionamento sistema político-administrativo, particularmente do legislativo e do executivo que, em última instância, produzem as regulamentações jurídicas e administrativas altas no campo profissional, geralmente conforme alguns autores em troca de votos e impostos.
(GIRARDI, JUNIOR, CARVALHO, 2011)

Vale lembrar aqui que além das exigências já apontadas, questões como a importância da área para o desenvolvimento econômico do país e a quantidade de profissionais atuantes na área, além de outros dados objetivos e subjetivos que também são considerados pelos parlamentares dentro das comissões e, posteriormente, pelo gabinete da Presidência da República para a sanção ou

recusa do referido PL. Um excelente exemplo desta situação é a regulamentação do Design que está há mais de 30 anos sendo tentada, já teve sete projetos arquivados e o principal motivo é a desinformação: os parlamentares e governos confundiam design com artesanato e, seguindo este pensamento errado, a Dona Maria não poderia mais pintar seus panos de prato.

Portanto, é mais que necessária a união dos profissionais em torno de um processo de regulamentação profissional mais que urgente para que consigamos superar com sucesso estas fases.

Já existe a Lei N ° 6.533, de 24 de maio de 1978 que regulamenta o exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões. Nela estão contemplados apenas os profissionais que trabalham com a iluminação voltada aos espetáculos, ou seja, a iluminação cênica. Porém, os profissionais que trabalham com iluminação hoje são variados, atuam em diversos setores da economia e necessitam de uma regulamentação para proteger não o “seu mercado”, mas sim proteger o mercado dos aventureiros e aproveitadores.

5. Associações e corporativismo

O LD é uma área multidisciplinar e como tal dialoga com várias outras se apoderando de conhecimentos variados para formar o seu estatuto epistemológico, ou o seu “eu”. É encontrado em diversos setores da economia tendo nas áreas arquitetônica, cênica e produtos as principais. Mas podemos encontrar o LD também em outros setores como a pesquisa, a publicidade, a moda, a educação, entre tantas outras, sempre em busca da melhor solução técnica para o problema apresentado, mantendo o seu foco sobre as necessidades do usuário, a estética, a sustentabilidade e a qualidade do projeto. Logo, não faz sentido uma ou outra área querer apoderar-se exclusivamente desta. Esther Stiller deixa esta visão segregacionista e corporativista bem clara quando expõe seu corporativismo numa entrevista dada ao Portal Construção, de Campo Grande ao afirmar que:

Não gosto da expressão, porque já está muito vulgarizada. Em meu cartão de visitas, uso lighting architect, porque sou uma arquiteta especializada em iluminação. O lighting designer é, muitas vezes, um profissional que migrou da área cênica, foi utilizado pela arquitetura, mas, como não tem formação de grau superior específica, passa a ser chamado assim. E, como ocorre com toda profissão que não exige título ... qualquer um pode ser. (STILLER, 2011)

Generalista ela? Demais. Mas antes de prosseguir, é imprescindível ressaltar aqui a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Arquiteta Esther Stiller em prol da área de iluminação no Brasil e também destacar a sua excelência profissional. As críticas não são direcionadas à sua pessoa e sim estão relacionadas ao que se referem no contexto: o corporativismo que ela tanto defende e que fica evidente em suas entrevistas.

Mas ela não para por aí e segue:

O perigo é que, como o crescimento é grande e a informação pequena, corre-se o risco de que o mercado venha a ser ocupado por aventureiros que se denominam lighting designers. (STILLER, 2011)

Repugnante e desrespeitosas estas afirmações. Segundo o seu ponto de vista, ela é “*Lighting Architect*” porque tem graduação em arquitetura. Assim, seguindo este raciocínio abre-se a possibilidade da existência dos engenheiros de iluminação, os decoradores de iluminação, entre outros tantos mais. No entanto, comete um desrespeito absurdo aos designers ao afirmar que “*qualquer um pode ser*” Lighting Designer. Isso sem contar o desrespeito aos profissionais da área cênica que, com anos de estudo e prática profissional, conseguiram chegar a um nível muito elevado de excelência em seus projetos.

Mais adiante, e também em diversas outras matérias que participou, Stiller coloca que apenas um arquiteto é capaz de entender a arquitetura, portanto, somente um arquiteto é capaz de iluminar a arquitetura. A AsBAI (Associação Brasileira dos Arquitetos de Iluminação, da qual ela é uma das fundadoras e membro de honra) exige, para alguém que queira tornar-se um membro, a formação em arquitetura. Caso contrário, não passará de um mero associado. Numa matéria à revista Lume Arquitetura (Ed nº 33), Stiller destila novamente o seu corporativismo alienante:

A Associação Brasileira de Arquitetos de Iluminação (AsBAI) é categórica ao afirmar que cabe apenas aos arquitetos desenvolver projetos de iluminação arquitetônica. “O trabalho que os arquitetos de iluminação desenvolvem é o da aplicação da luz sobre os espaços arquitetônicos e urbanos. E quem aprende a desenhar os espaços arquitetônicos e urbanos é um profissional chamado arquiteto. Portanto, o profissional que domina o desenho das formas e dos espaços arquitetônicos é o arquiteto”, declarou a diretora de Relações Culturais da entidade, Esther Stiller. (STILLER, 2008)

Fica claro que ela – e todos os outros que compartilham deste tipo de pensamento corporativista – desconhecem na verdade o que são as outras profissões, quais as suas matrizes curriculares e consequente formação acadêmica. Suas colocações são baseadas meramente em achismos e em ranços acadêmicos corporativistas. O termo “achismo” foi usado por Edgar Morin em seu artigo “Os sete saberes necessários à educação do futuro”. Ele usa este termo para indicar pessoas que comentam sobre um determinado assunto sem ter conhecimento sobre o mesmo além daquele que “ouviu dizer” ou que “alguém lhe falou que é assim”, porém não se preocupou em verificar a validade através de pesquisas e leituras. Passam então a replicar seus achismos provocando a desinformação. Isso é bastante comum em áreas correlatas onde a permeabilidade de atuação são existentes.

Cabe aqui ressaltar também que quando ela afirma, na sequência, que “*a dificuldade de manter as formas originais da arquitetura depois que os elementos da edificação são iluminados*”, afirma. “*Isso é bastante evidente. O que comprova a diferença de interpretação das formas arquitetônicas, a partir de arquitetos e não-arquitetos*”, completa.” (Ed nº 33), esconde intencionalmente o fato de que a relação dos arquitetos com qualquer outro profissional que venha a somar é, na maioria das vezes, complicada. Dificilmente o arquiteto abre-se completamente sobre o projeto, geralmente esconde informações, interfere em tudo, geralmente

não aceita as ideias e impõe as suas vontades – por mais estapafúrdias e erradas que estejam. Assim fica fácil fazer este tipo de acusação e desqualificação dos outros profissionais na, repito, tentativa de uma reserva ilegal de mercado.

Com estes argumentos a única coisa que eles conseguirão é o distanciamento dos profissionais de outros segmentos do LD, continuar alimentando a desinformação que fatalmente denigre a área do LD afetando inclusive eles mesmos e também alcançando o já existente isolamento da associação com o mercado. Também, não é menosprezando outros profissionais – demonstrando claramente a sua desinformação e desconhecimento das áreas de onde estes outros profissionais vem – que se consegue respeito. Pode não se encontrar um Burle Marx em qualquer esquina, assim como também não se pode afirmar que todo arquiteto é um excelente e perfeito profissional que não precisa de mais ninguém assim como acusar generalizando que os profissionais de outras áreas são incompetentes demonstra claramente o egocentrismo exacerbado e sua mediocridade sobre as relações de mercado e necessidades projetuais. Exceções também existem na arquitetura e poucos são os realmente bons.

Um exemplo prático disso, numa experiência pessoal, foi o projeto do Restaurante Estação Norte aqui em Londrina que desenvolvi à convite de um arquiteto. No discurso eu teria liberdade e definiria toda a parte de iluminação, Mas na prática não foi bem assim.



Figura 1 - Restaurante Estação Norte, Londrina-PR. 2006. (Fonte: o autor).

Eu tinha especificado outro modelo de abajur para estas mesas do mezanino, com cúpula fechada e controle de luz para as mesas do mezanino. O arquiteto foi à revelia na loja e trocou o especificado por mim por este outro modelo (de uma marca famosa para dar “status”) com cúpula aberta. O resultado foi que ele conseguiu destruir com todos os efeitos que havia no espaço além de iluminar elementos estruturais do telhado (danificado que ele mesmo tinha me solicitado para esconder ou disfarçar) e também provocar reflexos em vidros, espelhos e metais. E depois, a culpa foi minha.

Esther ainda força mais no corporativismo em outra entrevista à revista Lume Arquitetura (Ed n° 5) ao colocar que,

Queremos organizar o currículo de um curso para arquitetos iniciantes que, em um ou dois anos, permitirá ao arquiteto bacharelado a consistência necessária ao desenvolvimento de projetos na área da arte e da ciência da iluminação. Na teoria e na prática. (STILLER, 2005)

Se se reconhece que os arquitetos precisam de uma formação extra no assunto iluminação, porque essa tentativa de proibir que outros profissionais possam recebê-la também? Costumo sempre fazer uma análise do que está sendo produzido em arquitetura no exterior e aqui no Brasil e as diferenças são absurdas. Porém lá fora não existe este corporativismo e as áreas são complementares não apenas no discurso e sim na prática. Por isso a arquitetura brasileira está tão atrasada e mantendo-se na mesmice, na mediocridade, com poucos exemplos dignos de figurar nas grandes mídias da área.

Todo o discurso dela e da AsBAI, assim como da maioria de sua diretoria é segregacionista. Analisando os documentos oficiais da Associação vê-se claramente a preferência por arquitetos em detrimento dos outros profissionais. Tanto que Carlos Fortes, em entrevista à mesma revista, na edição nº 19, coloca que:

Achávamos que para a associação funcionar deveria agregar o maior número possível de profissionais. No início nem era para ser de “lighting designers”, mas sim de profissionais ligados à iluminação, como é o IES. E que deveríamos contatar, inclusive, profissionais com quem não tínhamos relacionamento direto, para tornar a associação bem abrangente.

(...)

Houve consenso no objetivo de se criar uma associação, e logo verificou-se uma tendência à sua formação como uma associação de Lighting Designers, ou Projetistas de Iluminação - termo que usávamos na época.

Posteriormente, consultamos estatutos de outras associações internacionais e elaboramos a primeira versão do nosso. Inicialmente, a Associação iria chamar-se SBI, depois ABAPI (Associação Brasileira de Arquitetos Projetistas de Iluminação) e, finalmente, AsBAI. A ata de constituição da Associação deu-se em uma reunião no Rio de Janeiro, em novembro de 2000, onde a primeira diretoria foi eleita por aclamação. (FORTES, 2006)

Percebam que o direcionamento inicial era seguir o mesmo caminho das outras associações internacionais. Mas, misteriosamente, a palavra “arquiteto” foi inserida no nome da associação e os discursos corporativistas dos membros da mesma afinaram-se.

Porém, podem tentar usar o argumento que quiserem. Nenhum até agora foi capaz de atingir um nível de fundamentação teórica capaz de eliminar a possibilidade dialética, onde este debate deve ser sustentado. E nenhum será por ser esta área multidisciplinar não cabendo, portanto, qualquer tipo de fechamento exclusivista além da necessária formação acadêmica – não se esquecendo da estrutura multidisciplinar do LD - e conseqüente especialização constante entre tantos outros conhecimentos comuns a diversas áreas profissionais. O profissional deve dominar conhecimentos como instalações elétricas, aplicação dos materiais, ter senso estético e

humanitário, produtos, materiais, formação do objeto, luz natural e artificial, física da luz, sistema de iluminação, noções de paisagismo, arquitetura e urbanismo, arte, matemática e, principalmente, ter muita atenção e ser detalhista. Deve também além das habilidades técnicas e artísticas, ter a oratória desenvolvida, pois irá trabalhar com um produto imaterial, que o cliente não pode pegar para senti-lo: a luz.

O erro primário nestes argumentos utilizados por ela e tantos outros profissionais é que o Lighting Designer, seja este arquitetural, cênico, o que cria produtos ou qualquer outro - não trabalha com a arquitetura apenas e sim com a LUZ. O foco é o resultado (solução do problema técnico/estético) da luz sobre a base (arquitetura, interiores, palco, tela, etc.) onde ela está sendo projetada.

Acredito mais na visão realista de Nils Ericson, lighting designer e titular da Ledvolt Iluminação, em sua opinião publicada na Revista Lume Arquitetura quando diz que:

Mas, afinal, a quem cabe esta tarefa? Em minha opinião, a um técnico apto a captar as necessidades do ocupante daquele espaço e a entender o próprio local. Este técnico pode ter formações diversas: Arquitetura, Engenharia, Design de Interiores etc., no entanto, o que mais importa na sua condição de lighting designer é o seu aprendizado específico sobre o imenso campo que abrange a iluminação.

Isso implica no conhecimento profundo de tipos de lâmpadas e fontes de luz, das performances das luminárias e vai até o manuseio de softwares, que estão em franco desenvolvimento, mas que ainda têm suas limitações. (ERICSON, 2008)

Francesco Ianonne, um dos maiores - senão o maior nome da área no mundo – acrescenta a este debate algo nesse sentido ao afirmar na Revista Lume Arquitetura (Ed n°24) que:

A independência é a base da liberdade criativa de um lighting designer. Este é, entre outras coisas, o conceito principal que faz a diferença entre um projeto de iluminação profissional e um projeto de iluminação comercial.

O destacamento das estratégias de vendas e de outras especialidades profissionais (por exemplo, um lighting designer não faz projetos de arquitetura, não faz projetos de elétrica) dá liberdade à criatividade em encontrar uma solução: a criatividade que nasce da fantasia e da cultura. Este pressuposto é fundamental na definição da profissão e é a razão pela qual muitos lighting designers se vêem como parte de uma única comunidade criativa e livre. (IANONNE, 2007, grifo meu)

Como se vê, já há muito tempo está sendo trabalhada no exterior a ideia de comunidade criativa, onde as parcerias profissionais são verdadeiras e éticas. Vemos diversos exemplos lá fora onde não há melindres em assinar coletivamente um projeto. O corporativismo e o ranço acadêmico tem dado cada dia mais espaço para o trabalho multidisciplinar onde cada profissional cuida da sua área e, principalmente, respeita o outro, colaborativamente.

E ele acrescenta na sequência que:

O projeto específico de iluminação deve ser feito por um especialista, não pelo arquiteto, pelo engenheiro elétrico ou design de interiores. De qualquer forma, somente a independência pode ser economicamente interessante ao mercado. (IANONNE, 2007)

Não à toa que aqui no Brasil surgiram na sequência duas outras associações de profissionais de iluminação: a ABrIC (Associação Brasileira de Iluminação Cênica) e a ABIL (Associação Brasileira de Iluminação) sendo esta última, a mais isenta de segregação, acolhendo os profissionais de todos os segmentos do LD, sem qualquer tentativa tácita ou explícita de reserva de mercado para “A” ou “B”. Devo ressaltar também que a ABrIC, apesar do nome bem setorizado, aceita todos os profissionais interessados em aprender mais sobre a área cênica sem exigências ridículas e absurdas.

Volto a citar a entrevista do Scarazzato na Ed n° 38 da revista Lume Arquitetura quando faz uma análise seca e realista das associações aqui no Brasil:

(...) o maior problema, a meu ver, é que as associações brasileiras parecem muito fechadas em si mesmas e, com esse posicionamento, podem estar afugentando muitos profissionais da iluminação e outros interessados na matéria, que são potenciais candidatos a se associarem. Além disso, parece que elas competem entre si, o que não é uma boa prática. Ainda falta maior abertura para atrair mais profissionais e estudantes.(...). (SCARAZZATO, 2009)

Sim, não passam de reinos imaginários, com interesses comuns e alguns pontos de divergência que afastam as possibilidades de dialética entre elas. Poder aos amigos da corte e o restante que se curve às vontades de Vossa Majestade. Os interesses profissionais da classe? É só soltar uma ou outra nota na mídia esporadicamente que tudo cai no esquecimento.

Com isso tudo exposto, percebe-se a dificuldade dos profissionais brasileiros que trabalham com iluminação de falar a mesma língua. Encontramos hoje no mercado uma variedade de denominações para a mesma profissão: iluminador, arquiteto de iluminação, luminotécnico (termo absurdamente errado para isso), projetista de iluminação, “o cara da luz”, entre outros. Com tantos nomes e alcunhas disponíveis no mercado para uma mesma profissão, é normal que os clientes acabem se confundindo ou não dando o devido crédito a vários profissionais baseados no “X” da sua formação. Eu mesmo já perdi clientes e tive de ouvir frases como “*prefiro ele, pois ele é arquiteto de iluminação e você designer*”. É o uso e abuso do glamour em torno da arquitetura tentando impor uma verdade mentirosa: o arquiteto, por si só, é melhor que qualquer outro profissional que trabalha com a luz apenas por ser arquiteto. E somente ele é capaz de “ler e entender a arquitetura” para ilumina-la adequadamente.

Muitos lighting designers vêm apenas o lado da engenharia e outros, o lado artístico. Iluminar é combinar essas duas perspectivas. (CAMPBELL, 2004)

Porém o melhor de tudo é ver no próprio discurso destes que pregam a segregação mercadológica, a contradição:

Recebo muitos aprendizes no meu escritório, todos são arquitetos formados e nenhum deles revela qualquer conhecimento adequado sobre a arquitetura de iluminação. A iluminação não é encarada como uma profissão especializada, que necessita de profundos conhecimentos dentro da arte e da ciência. (STILLER, 2008)

Este é outro trecho do discurso da Esther Stiller, na matéria da Ed n° 33 da revista Lume Arquitetura. Incoerente isso tudo não é mesmo? Se por um lado ela – e outros profissionais da área - prega a reserva de mercado para os arquitetos no que se refere à iluminação arquitetural pelos motivos já expostos, por outro assume que as faculdades não são capazes de formar arquitetos aptos a iluminar adequadamente o que eles mesmos criam.

Prova disso temos ao conversar com os estudantes de arquitetura. Maciçamente as respostas apontarão que o ensino de iluminação artificial foi superficial, sem aprofundamento ou prática, professores despreparados, que ficou aquém do esperado, em alguns casos com foco e ementários errados, e que, para aqueles que após o curso passaram a trabalhar com iluminação artificial, o conhecimento na área se deu após a formatura quando passaram a estagiar ou trabalhar em escritórios específicos em projetos de iluminação. Isso é encontrado em diversos grupos e fóruns de arquitetura na web.

Hipocrisia pouca é bobagem! Vamos ser honestos daqui para frente?

As afirmações ou proposições não podem ser sustentadas em casuísmos ou em percepções subjetivas sem qualquer aporte teórico consistente. E os argumentos pregados por estes tem base no pensamento de LeCorbusier. Na verdade, os corbusianistas precisam acordar para a realidade. A teoria corbuseana refere-se à realidade de uma época remota que não cabe mais nos dias atuais - na verdade ficou ultrapassada já ha muito tempo. Buscam de forma extemporânea o fundamento de suas afirmações sem levar em conta a determinação histórica das elaborações de Corbusier. O mundo de hoje é outro e nada tem a ver com a época da "arquitetura moderna". A realidade é outra, as necessidades individuais ou coletivas são outras, as tecnologias são outras, os conhecimentos evoluíram. Só eles insistem em viver encabrestados no passado. Uma coisa é buscar um conceito. Outra bem diferente é manter-se aprisionado a este *ad aeternum*.

6. Soluções: Como mudar este quadro

Como já foi explorado anteriormente, o primeiro passo é unir os profissionais de LD, todos, indiferente de sua formação original. Não importa se o profissional trabalha no design de produtos, no *show-business*, na arquitetura, ou onde for. Se trabalhar com iluminação, que se una aos seus pares da luz. O próximo passo – segundo - é dar força às associações, especialmente à ABIL (esta associação encontra-se bastante parada. A sensação que passa aos associados e potenciais parceiros são de apatia e ineficiência. Se estão sendo realizados trabalhos por esta associação, nem mesmo os associados ficam sabendo, pois o seu principal meio de comunicação,

o blog da ABIL, a sua última atualização é de 17 de novembro) que não segrega e sim agrega todos os segmentos do LD. A ABIL tem todas as ferramentas e conceitos necessários para se tornar uma das maiores associações deste país dentre todas da área. No entanto falta ação, urgente.

Ou partimos para a criação de uma nova associação que agregue todas as áreas do LD, não permitindo que as panelinhas já existentes venham a domina-la e, conseqüentemente, destruí-la de dentro pra fora como vem acontecendo com a AsBAI, a ABrIC, a ABD e até mesmo a ABIL.

Esta união não deve ficar apenas em torno de associações, mas sim, e como terceiro passo, através de mecanismos que possibilitem a interação/comunicação entre os profissionais como, por exemplo, fomentar e diversificar os eventos da área através de congressos, seminários, encontros e outras modalidades que sejam flexíveis quanto à localização.

Temos atualmente alguns eventos que ocorrem no Brasil, mas que acabam se tornando inviável para a maioria dos profissionais dada a localização por vários motivos. Porém, vale ressaltar que os principais eventos na área estão amarrados e dependentes de outros eventos, principalmente as grandes feiras.

Estimular e fomentar eventos espalhados pelo país, além da grandiosa e valiosa troca de experiências e conhecimentos com diversos profissionais nos leva ao quarto passo importante para esta mudança: a informação.

Trabalhando estes eventos específicos em LD damos a oportunidade de amadurecimento profissional para os LDs bem como se possibilita a abertura de parcerias profissionais quando temos, entre o público convidado e participante, arquitetos, engenheiros, designers, decoradores, construtoras, empreiteiros, jornalistas, políticos entre outros profissionais que perceberão claramente através dos trabalhos apresentados, palestras, workshops ou o que for, a importância e a real necessidade de valorização da área e destes profissionais e de tê-los como parceiros nos projetos.

Outro passo (quinto) importante é que devemos valorizar a parca mídia que informa corretamente sobre a área ao mesmo tempo em que devemos buscar o diálogo com a grande parcela de mídia que vem promovendo a desinformação sobre a área, na tentativa de alterar positivamente a sua visão e linha editorial. Inclui-se aqui o fomento aos autores sejam estes de livros, artigos, blogues, sites.

Como reforço à estas ações acima descritas, tomo por base uma excelente ferramenta que foi adotada e desenvolvida pela ADEGRAF (Associação dos Designers Gráficos do Distrito Federal) e que também surgiu através de um TCC da designer gráfico Luana Wernik. Eles adotaram uma cartilha esclarecendo sobre a área em questão. Este material produzido pela ADEGRAF foi lançado inicialmente apenas no formato digital (PDF) e disponibilizado para download gratuito no site da associação e depois, aos poucos vem sendo impressa e distribuída em eventos.

Muitos designers gráficos baixaram o material e tem distribuído para seus clientes, amigos, prospects entre outros. A cartilha também foi disponibilizada/liberada para sites, blogues e portais distribui-la e, conseqüentemente, divulga-la.

Com ações positivas conseguiremos alterar este quadro nem tão favorável que enfrentamos no mercado atual.

7. Conclusão: A Cartilha

Trata-se de um material simples e que vai direto ao ponto: apresentar corretamente o que é o Lighting Design e quem são – e o que podem fazer – os Lighting Designers.

Usando a mesma linguagem coloquial e de fácil leitura e compreensão para o público leigo que foi utilizada na cartilha da ADG, busca-se levar informações corretas para o mercado. Ela será composta das seguintes páginas e conteúdos:

A. Capa:

Toda em preto fosco tendo apenas um alto relevo com a frase “A luz revela formas”, emprestado do cartão de visitas do LD Osvaldo Perrenoud.

Trata-se de mostrar já de início que a luz é bem mais complexa do que imaginam. É através dela que percebemos o mundo com suas formas, seus volumes, suas texturas, etc. Ao movimentar a cartilha, a luz incidente provocará sombras nas letras permitindo a leitura. É um ato simples para estimular a percepção visual.

B. Segunda capa:

Espaço para serem colocadas duas breves cartas (ABIL/IPOG/Lume/profissional???) apresentando o material.

C. Página 1: Índice

Contém o índice da publicação.

D. Página 2: Uma cartilha para quem precisa de luz.

Uma breve descrição do que é a cartilha.

E. Página 3: Lighting Design Profissional.

Como nasceu, onde surgiram as necessidades de um profissional especializado em iluminação, o Lighting Designer.

F. Página 4: O que é o Lighting Design?

Mostrar quais as diferenças entre um profissional formado e que teve disciplinas de iluminação e o profissional especializado na área. Iluminação comercial x iluminação artística/técnica.

G. Página 5: Onde está o Lighting Design?

Apontar as principais áreas de atuação do Lighting Design.

H. Página 6: Onde mais está o Lighting design?

Mostrar onde mais podemos encontrar o LD no nosso cotidiano, junto a quais outras profissões ele deve ser trabalhado em conjunto, em parceria.

I. Página 7: Quem é o Lighting Designer?

Mostrar quem são os profissionais de Lighting Design. Quem pode ou não denominar-se Lighting Designer.

J. Página 8: Porque contratar o Lighting Designer?

Mostrar a importância de deixar o projeto de iluminação nas mãos de um profissional especialista e não nas de um generalista.

K. Página 9: Veja alguns benefícios do Lighting Design

Lista mostrando os principais benefícios recebidos ao contratar um profissional de Lighting Design.

L. Página 10: Como contratar um profissional de Lighting Design

Projetos efêmeros e projetos permanentes.

M. Página 11: Como contratar?

Dicas e informações sobre como contratar o profissional de Lighting Design.

N. Página 12: Concorrência especulativa

Demonstrar que esta prática, bastante comum na área da construção civil, é maléfica e danosa não só aos profissionais, mas à sociedade.

O. Página 13: LD público e urbano

Apresentar o LD como ferramenta fundamental e necessária para a melhoria da qualidade de vida nos espaços urbanos.

P. Página 14: Fique atento

Dicas sobre pontos de atenção para o mercado ao contratar projetistas para iluminação.

Q. Terceira capa: Onde encontrar mais informações? / ficha técnica

Links úteis sobre LD e a ficha técnica da apostila.

R. Contracapa: Realização

Imagens dos logotipos das empresas envolvidas na produção e realização da cartilha (patrocínio/apoio/etc.).

Como se pode perceber pelo modelo em anexo, é um material bastante simples e de fácil leitura e compreensão. Os textos serão acompanhados de imagens de projetos variados já implantados por profissionais de LD ao redor do mundo, ilustrando de forma objetiva o conteúdo do texto.

Com um material deste sendo distribuído gratuitamente em formato digital ou impresso estaremos dando um passo a mais para garantir a correta informação sobre a área e a consequente valorização e respeito profissional. Quiçá uma regulamentação, tão necessária.

8. Referências

DINIZ, I. N.. **Profissão: lighting designer**. Revista L+D, edição 04, pág. 52 a 57. Ed Lumière - São Paulo. 2005.

ERICSON, Nils. **Como se forma um lighting designer - A história de “quem” e do “como”**. Revista Lume Arquitetura. Disponível em: <http://www.lumearquitetura.com.br/opiniao42.html> Acessado em 21 de novembro de 2011, 00:38:54.

GIRARDI, S. N.; FERNANDES JR, H; CARVALHO, C. L. **A regulamentação das profissões de saúde no Brasil**. Revista Espaço para a Saúde, Volume 2, Número 1, Dez/2000. <http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v2n1/RPSB.htm> - Acessado em 12/04/2011 às 13:42hs.

Lei N ° 6.533/1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões, e dá outras providências**. Brasília, Governo Federal. 24 de maio de 1978.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Disponível em <http://www2.ufpa.br/ensinofts/artigo3/setesaberes.pdf> Acessado em 05/01/2012 às 21:15hs.

STILLER, E. **Entrevista com Esther Stiller – Um mito**. REVISTA Lume Arquitetura. Ed n° 05. De Maio Editora, São Paulo SP. 2003. (Disponível em http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed05/ed_05_Entrevista.pdf)

FRANCO, G. **Entrevista com Gilberto Franco. De Cara Nova**. Revista Lume Arquitetura, Ed n° 19. De Maio Editora, São Paulo SP. 2006. (Disponível em http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed19/ed_19_Entrevista.pdf).

IANNONE, F. **Entrevista com Francesco Iannone. Criatividade é fundamental**. Revista Lume Arquitetura, Ed n° 24. De Maio Editora, São Paulo - 2007. (Disponível em http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed24/ed_24_Entrevista.pdf).

SÁ, C. **Ponto de Vista. Lighting designer arquitetônico - Quem está preparado para exercer a profissão?** Revista Lume Arquitetura. Ed n° 33. De Maio Editora, São Paulo SP. 2008. (Disponível em http://www.lumearquitetura.com.br/pdf/ed33/ed_33_Ponto_de_Vista.pdf).

SCARAZZATO, P. **Entrevista com Paulo Scarazzato - Arquiteto por natureza**. Revista Lume Arquitetura. Ed. n° 38, ANO. De Maio Editora, São Paulo SP - 2009.

STILLER, E. **O mito da iluminação brasileira em Campo Grande**. Disponível em:
<http://mulher.portalconstrucao.com.br/Default.asp?Id=818> Acesso em 21 de novembro
de 2011, 00:38:54.